

A produção social sob a lógica do estado burguês: uma contribuição à reflexão sobre a crise estrutural capitalista e a crise institucional do estado brasileiro

Carlos André Alves Pereira Sousa¹

Resumo: As relações que constituem a economia e a sociedade, na sua concepção filosófica, materializam-se em uma relação além das instituições. Consistem em uma troca de conhecimentos e em interesses, sem que se estabeleça uma hierarquia entre os sujeitos do processo. Quando a humanidade se organiza em torno da divisão social do trabalho, a economia adquire caráter institucional e determina a ação do Estado por meio de uma lógica sistêmica que reproduz o modelo social em questão. Nesse contexto, o que se tem é uma formação acadêmica dos que assumem o papel de gestor público, institucionalmente moldado e socialmente reconhecido. A história é determinante na produção dos modelos sociais e, a cada contexto, os sistemas econômicos e institucionais comportam-se segundo uma relação de produção, tecnicamente lógica e essencialmente ideológica. No modo de produção capitalista, a classe trabalhadora enfrenta contradições inatas à lógica reprodutiva do capital, segundo sua variação de relação de produção. Assim, ao longo do processo histórico, variadas estruturas se sobrepõem, o que resulta, por um lado, na precarização do trabalho. Por outro lado, o gestor público assume um papel secundário, ou meramente executor de uma ideologia imposta pelo sistema, legitimada pelo estado burguês.

Palavras-chave: Estado. Economia. Classe trabalhadora. Gestão pública. Sociedade.

Resumen: Las relaciones que constituyen la economía y la sociedad en su concepción filosófica se materializan en una relación más allá de las instituciones, siendo que consiste en un intercambio de conocimiento e intereses que no establece jerarquía de poder entre los sujetos insertados en ese proceso. Cuando la humanidad se organiza socialmente y la existencia del Estado promueve la división social del trabajo, la economía gana carácter institucional, y de esa forma determina la acción burocrática del Estado a través de una lógica sistémica que reproduce el modelo social en cuestión. En ese contexto lo que se tiene es una formación académica de los que asumen el papel de gestor público institucionalmente moldeado y socialmente reconocido. El proceso histórico es determinante en la producción de los modelos sociales y en cada contexto los sistemas económicos e institucionales se comportan según una relación de producción, técnicamente lógica y esencialmente ideológica. En el modo de producción capitalista la clase trabajadora enfrenta las contradicciones innatas a la lógica reproductiva del capital según su variación de relación de producción. Así se tiene a lo largo del proceso histórico capitalista, variadas estructuras de los sistemas productivos que se superponen, conforme el modo de producción capitalista se reproduce, con base en la precarización del trabajo. En ese proceso el gestor público asume un papel secundario, o meramente ejecutor de una ideología impuesta por el sistema y, legitimada por el estado burgués.

Palabras-clave: Estado. Economía. Clase trabajadora. Gestión pública. Sociedad.

¹ Professor de Geografia licenciado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Servidor público municipal. E-mail: carlosandreaps@yahoo.com.br

1 Introdução

Uma análise dos sistemas econômicos dentro do processo histórico que materializa as relações sociais e, conseqüentemente, cria os modelos de sociedade hoje conhecidos, implica estudar profundamente a humanidade sob diferentes perspectivas filosóficas, como a ciência já tentou por muito tempo fazer. No entanto, a análise da estrutura burocrática institucional se estabelece tal qual um recorte de uma totalidade que pode ajudar a entender de que maneira se organizam e se reproduzem os sistemas econômicos, ao longo das relações produtivas das necessidades sistêmicas, em detrimento das necessidades humanas.

Epistemologicamente, a concepção de economia é a ideia da necessidade abstrata que o sujeito tem de compreender a sua realidade com base nas relações de troca. Assim, ela se mantém constante, ao contrário da economia institucional, que constitui uma necessidade imediata do Estado, condicionada pelo modelo de sociedade em que ele se insere, ou seja, uma necessidade objetiva, material, concreta. Por si só, uma estrutura meramente física (uma estrutura política qualquer, por exemplo) não explica a realidade exposta. Uma empresa pública no seu mero aspecto fenótipo será uma empresa em qualquer parte do mundo. As relações que materializam essa estrutura é que vão imprimir a real interpretação de seus componentes, ou seja, os componentes físicos e sociais que constituem o elemento empresa pública, o que a torna diferente das outras empresas fora do seu Estado. Essa relação produtiva social imposta pela ideia e reproduzida pela lógica define os parâmetros das relações econômicas.

Para compreender de que maneira se organizam e se estruturam os sistemas econômicos, é necessária uma interpretação do modo de produção social estabelecido. No contexto contemporâneo, a sociedade capitalista está na terceira fase de sua reprodução, e, de tal forma, o sistema econômico capitalista também assume a sua terceira fase, o que se pode chamar de economia neoliberal.

A economia neoliberal consiste em uma reprodução ideológica da "modernidade", a qual impõe aos seus projetos financeiros uma análise linear dos eventos sociais. A competição, a crise ambiental e a política de sustentabilidade, o papel dos governos e dos gestores, a inserção da comunidade nas políticas de desenvolvimento econômico, o direito à cidadania, entre muitas outras questões, não provêm de uma análise da sociedade segundo o modo de produção capitalista, mas de uma determinação das relações de produção do próprio sistema. No discurso neoliberal dos sistemas econômicos, estabelece-se (de forma estereotipada) que o mundo está "estreito" e que os sujeitos têm

de se adaptar ao processo de globalização. Aos Estados cabe garantir a adaptação dos indivíduos aos novos tempos. Em outras palavras, essa obrigação significa que o Estado deve potencializar e reestruturar as relações de mercado, nas quais o sujeito se sente igualmente no dever de acompanhar o processo. Nesse contexto, os sistemas de gestão pública têm participação efetiva e indispensável na formação do novo ser social.

2 Economia e sociedade: o processo histórico de reprodução social

O capitalismo tem início no século XVIII, com o processo de acumulação primitiva, organizado e realizado pela burguesia. A ideologia burguesa definia a necessidade de se estabelecer uma nova ordem social que atendesse aos interesses da nova relação de produção social em que ela, a burguesia, seria a classe dominante e articuladora do processo responsável por embasar o desenvolvimento do modelo de sociedade capitalista.

Deriva disso a concepção de bem comum ou vontade geral como princípio presente na sociedade capaz de possibilitar a livre associação entre os cidadãos, ou seja, pelo menos idealmente frente às vontades particulares deve prevalecer a vontade geral (ROUSSEAU apud SOARES, 2012, p. 33).

Nesse contexto, as ideias iluministas daquele período serviram de base ideológica para os novos tempos. É possível afirmar, portanto, que a economia era um dos principais instrumentos difusores e determinantes dessa realidade.

Apesar de toda sua complexidade natural e social, o mundo não era representado pela Europa. Havia outros modelos sociais e outras formas e concepções de desenvolvimento econômico que garantiam, por exemplo, a reprodução dos sistemas asiáticos, africanos e americanos de sociedade. No entanto, a Europa reunia todas as condições materiais e ideológicas para impor ao mundo um novo modelo de sociedade que, anos mais tarde, tornaria o planeta um todo complexo, impulsionado por uma única lógica: a capitalista. O sistema econômico capitalista dessa realidade consistia em um modelo transitório, que tiraria a economia dos moldes feudais e levaria para o modo capitalista sem, contudo, sentir a necessidade de uma economia inclusiva ou disseminada entre todas as classes. Em outras palavras, o sistema econômico da época era projetado apenas para a classe dominante, porque a base popular tinha, segundo a lógica sistêmica, a única função de realizar o trabalho braçal. As primeiras fábricas do século XIX concentravam a produção e a mão de obra em uma jornada de quase dezoito

horas diárias sem qualquer preocupação com a instrução interpretativa. Ao trabalhador bastava saber operar a linha de produção. Os sistemas de gestão institucional da primeira fase do capitalismo se organizavam necessariamente para consolidar a revolução burguesa e permitir o avanço das relações capitalistas na jornada histórica do sistema.

Na segunda fase do capitalismo, a economia se reorganiza e o Estado passa a assumir o papel de grande provedor dos modelos econômicos. O surgimento de universidades cuja ciência concentra sua linha de pesquisa no positivismo, no determinismo e no quantitativismo, sendo essa a base filosófica da expansão capitalista europeia, legitima a necessidade histórica do capitalismo. Nesse momento, não havia um sistema econômico para a classe trabalhadora do campo e das fábricas porque, historicamente, para o capital, ainda não era a hora de restabelecer uma relação produtiva baseada na apreensão individual dos sujeitos. Ao capital não interessava o proletariado com pensamento burguês, pelo contrário, um proletário “burguês” poderia significar o fim do próprio sistema.

No período do Congresso de Viena (aconteceu durante o período chamado Cem dias) a Inglaterra se desenvolvia industrialmente e consolidava o processo denominado Revolução Industrial. A industrialização da economia se deu primeiramente na Inglaterra por esse ser o país que mais acumulou capital durante o capitalismo comercial, além de ter um amplo império colonial, que indica mercado consumidor (JÚNIOR, 2013, p.01).

É possível fazer uma analogia dessa contradição do capital com o neoliberalismo deste século. A semelhança ocorre da seguinte forma: no século XIX, o sistema econômico não considera a questão de gênero uma barreira para a reprodução social, de forma que havia o trabalho incessante da mulher, mas não se considerava isso um feminismo, já que a economia a tratava tal qual uma mera mão de obra, ainda mais barata e menos importante que a mão de obra masculina. No contexto neoliberal, a economia institucional estabelece a questão de gênero no ponto de vista culturalista. Agora a mulher é o símbolo da “modernidade” inserido em um mercado dependente dessa força de trabalho. A contradição se estabelece porque a mulher nunca deixou de estar no mercado de trabalho capitalista. A diferença é, de que maneira, ideologicamente, molda-se a nova relação de produção na qual a mulher passa a ser movimento, ou movimento feminista.

Tudo isso revela que o sistema econômico está voltado para uma reprodução histórica determinante do capital. É importante ainda frisar que a história não é linear, demarcada cronologicamente por um acontecimento “x”, mas um processo constante que se materializa no espaço

e se projeta no tempo. Não é possível acreditar que, quando o capitalismo entra na sua segunda fase, todo o mundo, partindo da Europa irá apresentar o mesmo sistema econômico. Esse sistema econômico da segunda fase do capitalismo, por exemplo, só se estabelece no Brasil em meados do século XX, muito tempo depois da América do Norte e da Europa.

No Brasil, antes da década de 30, não existia uma proposta econômica que seguisse os padrões europeus, visto que o país não reunia condições materiais e ideológicas para imprimir um processo de industrialização que o obrigasse a reestruturar suas relações produtivas. O modo de produção capitalista reproduz-se segundo suas contradições e estas se originam da luta de classes. Assim, o Brasil não poderia estar desenvolvido como a Europa porque o pleno desenvolvimento desta dependia da precarização estrutural dos países latinos, asiáticos e africanos. O que aconteceu na Europa no século XIX demorou mais de cem anos para acontecer no Brasil e apesar disso, nem tudo ocorreu de forma plena. Ainda hoje, o Brasil pauta-se em modelos europeus nos quesitos cultura, educação, culinária, vestuário, língua e tecnologia e outros. Em alguns estados federados brasileiros de comunidades descendentes de estrangeiros, os planos municipais de educação normalmente estabelecem um currículo segundo os parâmetros da cultura europeia.

Com o avançar do capitalismo para a sua terceira fase, ou fase neoliberal do século XX, surgem outras relações sociais, o mundo entra em uma nova divisão geopolítica do trabalho, o centro do capitalismo se expande para a América do Norte e parte da Ásia (revolução Meiji) e a economia de Estado ganha uma nova roupagem e sustenta um novo discurso. A social democracia alemã e o Estado de bem-estar social vão definir o rumo das relações de produção, inclusive o modelo de gestão pública. Nesse momento, a massa deixa de representar o mero instrumento de produção. Passa a ser necessário, portanto, desenvolver as potencialidades do trabalhador, a ideia de “bem-estar” ou de sucesso. Isso consistia em assumir uma boa posição social, influenciada pelas gerações ascendentes, um bom cargo na fábrica e gozar de um relativo grau de instrução. Com esses traços diferenciais, o sujeito se aproximaria do modelo de vida americano, disseminado na década de 50.

Embora esse modo de produção, denominado modelo fordista de produção, se baseasse na produção em série, a especialização do trabalho ganhava força, em uma relação legitimada pelo sistema econômico desenvolvido pelos estados do centro capitalista. Nas periferias do capital, esse processo levaria mais algumas décadas.

Dessa forma, o sistema capitalista condiciona os sistemas econômicos dentro de sua lógica reprodutiva. A fase do capitalismo financeiro deixa mais clara essa relação, em que o discurso da

globalização impõe uma realidade da economia na qual quase todos os sujeitos sociais se reconhecem.

3 O signo Estado e suas representações

Historicamente, em virtude dos fatos que marcaram a humanidade, o século XX é considerado excepcional. A sociedade capitalista organiza uma nova relação de produção baseada em políticas até então restritas à Europa. Fatores como as duas grandes guerras mundiais, a Revolução Rússia (1917), a social democracia alemã, a Guerra Fria no pós-segunda guerra, a ascensão dos governos populistas na América Latina, o surgimento de movimentos revolucionários e pacifistas pelo mundo, a ascensão dos governos militares e a corrida tecnológica, marcaram e definem o último século como um período de grandes transformações.

A Guerra Fria permaneceu, mas fora dos governos ocidentais comprometimento do público com o anticomunismo emocional começou a declinar. Apesar de haver sido muito denunciado, a partir de 1960 o Muro de Berlin estabilizou a fronteira entre os impérios das superpotências na Europa, e não se esperava seriamente que qualquer dos dois a cruzasse (HOBSBAWM, 2002, p. 254).

No Brasil, o século XX também refletiu as relações sociais impostas pela nova ordem geopolítica capitalista, o que originou um processo econômico, político e cultural. Mais precisamente na segunda metade desse século, o país vive o chamado “boom” econômico com abertura política às grandes empresas multinacionais, uma evidente relação neoliberal em que se divide o espaço com os conflitos ideológicos de esquerda que iam de encontro à política gerenciada pelo capital estrangeiro. Nesse contexto, o governo brasileiro restringe o estado democrático de direito e instala o regime de repressão militar. Na década de 70, evidenciou-se o projeto político para a economia no Brasil: formar mão de obra em uma relação capitalista neoliberal. A obrigação da massa proletária seria desenvolver a indústria de consumo no Brasil conforme os preceitos das montadoras, da indústria automobilística e da construção civil, grandes referências do país naquela época.

O crescimento da procura de bens de capital, reflexo da expansão da produção para o mercado interno, e a forte elevação dos preços de importação desses bens, acarretada pela depreciação cambial, criaram condições propícias à instalação no país de uma indústria de bens de capital. Esse tipo de indústria encontra, por uma série de razões óbvias, sérias dificuldades para instalar-se em uma economia dependente (FURTADO, 2004, p. 207).

Dessa forma, o sistema econômico impôs um modelo de gestão pública que iria se arrastar até a primeira década dos anos 2000. Nesse momento, o Estado brasileiro priorizava a atividade prática e objetiva em detrimento da atividade reflexiva, ou seja, as políticas públicas impunham uma disciplina que obrigava o sujeito social a “correr atrás” incessantemente do espaço no mercado de trabalho. Nas escolas, o aluno deveria aprender apenas a assinar o próprio nome e a resolver as quatro operações básicas de matemática. Nas fábricas, o importante era assinar o ponto diário, saber ler o relógio para garantir a otimização do tempo de produção e somar a carga horária trabalhada no mês. As matérias geografia, sociologia, história, filosofia e afins não tinham qualquer relevância para a relação produtiva do Brasil naquele contexto. Na virada do século XX e início do XXI, a educação representa um setor de estrutura social fundamental para promover mudanças econômicas.

É possível compreender, portanto, de que forma a base ideológica se comporta para mudar a estrutura social e garantir a reprodução sistêmica do capital. As relações de produção não constituem um fenômeno isolado, determinado e acabado. No século XX, o sistema educacional brasileiro se desenvolve não para atender a uma necessidade de interpretação das relações sociais, mas para atender a um modelo de educação programada e articulada com o sistema capitalista. O Estado garante a sua materialização conforme a lógica determina.

Na medida em que o mundo do trabalho foi-se reestruturando, mundialmente, no plano ideológico, se produziram uma série de noções e conceitos, que determinam essas novas relações e o papel do Estado em seu interior, como uma espécie de nova língua internacional, que se arvora em ser porta-voz do pensamento único (SOUZA, 2010, p.19).

Assim, a instituição educacional brasileira assume um papel genuíno de estado burguês capitalista, sem uma proposta que atenda à necessidade de os sujeitos desenvolverem habilidades cognitivas para interpretar o mundo em que vivem e intervir nessa relação de forma organizada e autônoma para manter a ordem. A educação formal no Brasil e no mundo é a educação da alienação, ou seja, aquela que ideologicamente sustenta um sistema de castas e que garante a reprodução da luta de classes e a consolidação do modelo econômico imposto.

No início do século XXI, a crise estrutural do capital inicia um processo de ofensiva ao trabalho. Mais uma vez, essa relação vai determinar os caminhos estruturais da economia. Hoje, métodos e sistemas de gestão e planejamento econômico defendem a obrigação de se por em pauta questões ignoradas no contexto social. Desenvolvimento sustentável, cidadania e direitos,

interdisciplinaridade e pensamento crítico, por exemplo, são considerados chavões organizados e aplicados pelo mesmo Estado que, no século passado, os ignorava porque não eram de interesse do sistema capitalista burguês. Se atualmente o Estado se comporta de forma contrária ao passado não é pelo sentimento de humanismo ou pela filantropia, mas para novamente garantir a reprodução da ordem social imposta.

É possível questionar, por exemplo: de que forma o Brasil pode desenvolver uma política econômica sustentável que conviva harmoniosamente com o meio ambiente se o país e o resto do mundo vivem o capitalismo, um sistema econômico e social que faz uso predatório dos recursos naturais do planeta? Como acreditar em um mundo globalizado onde tecnologias modernas coexistem com tecnologias de mais de mil anos atrás? Por que o homem que luta para obter a cidadania plena é regido por uma legislação que restringe direitos? Ou, como um professor idealista orienta seu aluno a pensar na realidade de forma crítica, mas, ao mesmo tempo, omite-se e sujeita-se a uma educação precária? Todas essas questões norteiam a nova relação de produção do capital. O que o Estado faz é, por meio das políticas públicas, legitimar a nova ordem igualmente perversa e destrutiva.

A principal razão por trás da maneira irrealista de tratar desses problemas, até em abordagens mais realistas, é que não se pode admitir a existências dos determinantes causais profundos dos interesses conflitantes inseparáveis do modo de controle capitalista sem colocar em perigo a legitimação tradicional do sistema. (MÉSZÁROS, 2002, p.229).

A crise estrutural do capital, iniciada na década de 1970, fez o Estado burguês repensar o sistema econômico. Décadas mais tarde, um resultado inédito: a expansão de universidades, centros educacionais e escolas técnicas em todo o mundo. Para que o sistema suportasse a crise, seria necessária a "democratização" da economia. Tal movimento denominou-se empreendedorismo. A globalização e o fenômeno do trabalho especializado criaram a falsa ilusão da modernidade e do fim do analfabetismo, mas o que se vê é uma economia cada vez mais comprometida com números e sem propósitos social e revolucionário. Além disso, intensificam-se as contradições inatas ao capital: diáspora, genocídio (negros, gays, mulheres e crianças), desemprego generalizado, crise política e banalização de crimes.

Os sistemas econômicos não trabalham a ideia de movimento histórico da humanidade, ao contrário, a própria história é maquiada nos manuais acadêmicos, tal qual uma linha evolutiva que valoriza as classes dominantes ao longo do processo. Por essa razão, é comum nas escolas os professores se nortearem pela história de Portugal em detrimento da história dos índios ou pelas

florestas coníferas dos Alpes Suíços em detrimento dos cerrados e caatingas brasileiras, por exemplo. Em outras palavras, valorizam-se os padrões burgueses, não por acaso, Tiradentes se parece com o Cristo europeu e Zumbi dos Palmares com um demônio africano.

4 O aparato burocrático do Estado capitalista

Nos seus quase quatrocentos anos, o sistema capitalista reafirma sua principal característica: sistema explorador da mão de obra proletária e precarização do trabalho, concentração e total submissão, material e ideológica. Assim, os sistemas de gestão pública são instrumentos concretos do aparato ideológico e burocrático do Estado capitalista. Além dos protocolos formais e dos limites concretos das instituições de administração pública, a concepção de gestão não assume uma importância real e necessária ao sujeito social.

Realiza-se uma ação corretiva em grau praticável na estrutura do sistema do capital pela formação do Estado moderno imensamente inchado e, em termos rigorosamente econômicos, perdulariamente burocratizado (MÉSZÁROS, 2002, p. 106).

Ao longo da história humana, pelo menos na história do ser social, não se identifica algum momento em que os sujeitos não estiveram imbuídos de seus próprios pensamentos, ou seja, independentemente dos modelos de sociedade a que este ou aquele pertence, o homem sempre esteve sensível a sua condição.

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. Portanto, não é acidental que o encerramento da ascensão histórica do capital no século XX coincida com a crise do Estado moderno em todas suas formas, desde os Estados de formação liberal-democrática até os Estados capitalistas de extremo autoritarismo (como a Alemanha de Hitler ou o Chile miltonfriedmannizado de Pinochet), desde os regimes pós-coloniais até os Estados pós-capitalistas de tipo soviético (MÉSZÁROS, 2002, p. 106).

Os sistemas reprodutivos não eliminam a afetividade inata aos sujeitos sociais. Por mais alienante que seja o meio, ainda há momentos em que o homem cria alguma expectativa fora da lógica produtiva sistêmica. Essas momentos de reflexão conduzem os variados movimentos de resistência e de luta por um modelo social pensado e construído coletivamente. Isso é a verdadeira inspiração, uma evolução em que o mundo é um complexo objeto de observação e a humanidade caminha sob a



própria condição de racionalidade.

Desse contexto, surgem os movimentos de luta pela distribuição mais equitativa da terra, pelo fim dos preconceitos (racial, de gênero) e de todas as fobias que segregam, matam, distinguem e classifica. Ou seja, a reflexão conduz à razão e esta, à luta proletária pelo fim do capitalismo.

5 Sentido prático e a essência ideológica da gestão pública

Gestão pública no sentido prático do termo é a metodologia utilizada por determinado governo para administrar os recursos públicos. Envolve vários elementos, desde pessoas e estrutura física à desconcentração administrativa (ministérios e secretarias).

Após consolidar os novos conceitos gerenciais de atuação sociopolítica, a Administração Pública precisava criar uma forma de padronizar e disseminar essa nova visão “gerencialista” dentro da estrutura do Estado. Em 2005, foi criado o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – “GESPÚBLICA”. O “GesPública” foi instituído com a iniciativa do Governo Federal para a promoção da gestão pública de excelência, visando aprimorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão e para o aumento da competitividade do País (BARRETO, 2014, p.01).

Em sua essência ideológica, a gestão pública materializa as relações do Estado com o modo de produção social em questão. “A partir da segunda metade do século XX, com a evolução do Estado Moderno, a Administração Pública ou Gestão Pública no Brasil assume de fato o “Gerencialismo” como forma de atuação junto à sociedade” (BARRETO, 2014).

É na gestão pública dos recursos que se concentra a influência política das organizações (partidos políticos, sindicatos, ONG, movimentos sociais). Assim sendo, o conceito de gestão pública vai além da administração de recursos. Significa ideologias em movimento dentro da administração pública com papel determinante e acabado.

6 Os desafios da classe trabalhadora no contexto neoliberal

O trabalho não é o exercício formal do homem. Antes de ser a essência da reprodução social, é a reprodução da vida. Ele é nato ao ser humano. Desse modo, enquanto o trabalho for expropriado, o caos estará garantido. O trabalho é a energia dispendida para o exercício de uma tarefa.



Ao transformar a natureza nos meios de produção (ferramentas, fontes de energia, matérias-primas, etc.) ou nos meios de subsistência (comida, casa, roupas, remédios, etc.), os homens também produzem novas possibilidades e novas necessidades. Tais necessidades e possibilidades impulsionam o desenvolvimento tanto da sociedade quanto dos indivíduos que a compõem (LESSA, TONET, 2012, p. 10).

Pelo simples fato de caminhar, o sujeito já realiza trabalho. Toda riqueza produzida em um país depende do trabalho produtivo do homem, o qual transforma a natureza.

Sem o trabalho o homem não reproduz suas condições de vida, uma vez que o meio ambiente (elementos de primeira natureza) lhe impõe uma lógica reprodutiva. Ao se tornar um ser social, o homem inverte a lógica e faz do meio ambiente um elemento compositor de sua condição reprodutiva. Não apenas o meio ambiente, elemento único de reprodução, o trabalho, nesse contexto, adquire outra característica. Além de essência da reprodução da vida, é também a essência da reprodução social. Disso surgem os diversos modelos de reprodução social, desde as comunidades tribais aos regimes mais complexos de organização institucional (democracia, império e monarquia), todos mediados pela relação de trabalho.

É preciso entender que regimes de governos ou formas de governo não são modelos de sociedade. Modelo de sociedade é o sistema que rege, ou impõe uma lógica a esses governos, por exemplo, capitalismo, socialismo, comunismo, escravismo e outros. Etimologicamente, democracia significa “governo de todos”, mas, quando a democracia é engessada dentro de uma lógica sistêmica opressora como o capitalismo, ela perde sua essência filosófica e se torna apenas um instrumento de reprodução do capital. É uma falsa democracia.

Do último quarto do século 20 até os nossos dias, nossa economia passou por importantes modificações. Implementamos o que de mais avançado há na esfera da produção, passamos pelos CCQs em direção ao *just in time*, à *lean production* e a tudo que é devido aos novos tempos, articulamos os enclaves (Arrochos Produtivos Locais), exploramos as crianças, as mulheres e reduzimos parte dos nossos cidadãos a escravos; trouxemos bolivianos, coreanos e paraguaios para provarem o “azar” de ser trabalhador produtivo (Marx, 1985: 106), adotamos o trabalho terceirizado (“os hifenizados”, numa expressão que Ricardo Antunes popularizou entre nós), evoluímos das pequenas propriedades agrícolas para a agricultura entregada, convertemos a saúde, a educação, os transportes e a energia em fontes adicionais de mais-valia através das privatizações etc. – pela fundamentalmente única e mesma razão: a maior lucratividade do grande capital internacional e das classes dominantes nacionais (LESSA, 2014, p 45-46).

Apesar de todos os conceitos, formas, sistemas e regimes, sem o trabalho não há reprodução

social. Para garantir a reprodução social de qualquer modo reprodutivo, o trabalho dos sujeitos sociais se torna indispensável, e esses sujeitos são a massa social, sem a qual não há reprodução da vida.

A classe trabalhadora é responsável pela reprodução social e a ela cabe o papel de derrocar o sistema capitalista. Porém, enquanto não se construir a consciência de classe e a alienação nortear as relações do trabalho coletivo, poucas serão as mudanças. É preciso intensificar a formação política, a organização e os movimentos de luta pelo fim da exploração do trabalho.

7 A crise institucional do Estado brasileiro

O conceito de crise remete a um desacerto lógico de uma estrutura sistêmica. No caso da sociedade industrial, a crise se materializa nos desarranjos produtivos do sistema capitalista, provocada pelas contradições produzidas pelo próprio modo de produção. Portanto, as crises geradas pela superprodução dos bens de troca são a própria contradição do sistema, ou seja, o sistema capitalista é o único modo de produção em que se produz uma crise pautada no acúmulo e não na escassez.

No discurso midiático atual, os economistas, os ministérios de planejamento ou institutos de pesquisa não colocam esse debate em pauta. Fala-se apenas em uma crise. Subentendido, esse termo remete à falta de dinheiro, ou ao déficit público. No entanto, a crise vigente é estrutural e consiste na diminuição do poder de consumo dos bens produzidos e acumulados. Tudo isso tem origem na flexibilidade relativa da exploração do trabalho produtivo em escala mundial e ocorre em um contexto de sobreposição, também relativa, do capital financeiro, em detrimento do capital constante. Essa pode ser considerada a verdadeira face da crise a qual tanto se debate. Se o capitalismo constitui um modo de produção essencialmente contraditório, ele garante sua reprodução mediante as suas crises cíclicas. A última teve início no pós-Segunda Guerra Mundial. Surge, por conseguinte, a necessidade de o Estado atuar na condição de instrumento regulador das contradições e provedor de medidas protecionistas. Sendo assim, o Estado, democrático ou não, relacionado com a lógica de funcionamento do capitalismo, atende às necessidades reprodutivas desse modelo social produtivo, ora intensificando ora reduzindo a sua participação nas ações concretas.

A última crise estrutural do capitalismo está em uma fase de transição que leva o sistema à superação. Vencida a crise, é hora de diminuir a intervenção do Estado (Estado providencial), intensificar a exploração do trabalho produtivo e impulsionar o consumo em massa dos bens de troca. Se, no Brasil, e em grande parte da América Latina, Ásia, África e Oriente, as políticas públicas voltadas



aos serviços básicos (saúde, educação e cultura) e as leis que legitimam essas ações dão sinais de arrefecimento, isso ocorre com o aval das aristocracias locais, não pela falta de recurso, como afirmam os discursos burgueses, e sim para atender a uma lógica produtiva capitalista mundial. O que vivenciamos não é uma crise do modo de produção capitalista, e sim uma crise do Estado de bem-estar social.

A grande contradição dessa relação é que, nos países centrais do capital, a estrutura, a política de distribuição de renda, o acúmulo de capital, a assistência social e as políticas econômicas protecionistas garantem a estabilidade para a maioria da população. Isso não quer dizer que, nesses países, não existam exploradores e explorados, visto que o capitalismo não tem pátria, mas a intensificação da exploração do trabalho internacional garante aos blocos centrais um acúmulo do que se produz em escala mundial. Nos países da periferia sistêmica capitalista, ao contrário, as medidas neoliberais acentuam a exploração do trabalho produtivo e reduzem as condições de assistência social. Isso porque, em países como o Brasil, não há política eficaz de distribuição de renda, de distribuição de terra e de atenção básica (saúde e educação), mas uma instabilidade política e institucional, em razão dos escândalos de corrupção e da segregação social em todos os níveis.

Assim, quanto menor é a intervenção do estado nas políticas públicas, mais precárias são as condições dos países do sistema capitalista, como é o caso do Brasil. Reduzindo a escala, no interior do estado da Bahia, em Poções, por exemplo, os efeitos dessa política de liberalização econômica são ainda mais nocivos, pois a sobrevivência desse e de muitos outros municípios está associada única e exclusivamente à liberação de recursos públicos.

Em outras palavras, o cenário do território brasileiro e, de maneira geral, dos países do capitalismo periférico, é de intensa miséria intelectual e nutritiva, mortalidade infantil, baixa expectativa de vida, aumento do êxodo rural, altos índices de analfabetismo, quadro de epidemias e manifestações de doenças até então erradicadas e, em algumas regiões, de pessoas sob poder ou influência de coronéis. Sem grandes avanços, retrocedemos um século no tocante à equidade social. A crise do capital, que arranhava a burguesia, foi superada. A crise maior é a que vive e viverá a classe trabalhadora nas próximas décadas, se os movimentos sociais perderem força.

8 Considerações finais

Entender a economia, a sociedade e o Estado, significa, antes de tudo, compreender o que é produção social, de que forma é possível organizar-se em sociedade, assumir um papel, possuir um *status quo* e enxergar a realidade além das manifestações objetivas. Tudo parte do seguinte pressuposto: no decorrer da história, o sujeito não pode reproduzir-se de maneira isolada, mas, enquanto ser social, seu papel é dinamizar o modelo de sociedade constituído.

Desde o momento em que a sociedade se organiza sob o modo de produção capitalista, e o capital conforme o modelo sociometabólico (MÉSZÁROS, 2002), haverá a relação estrutura e superestrutura, e toda produção social vai gravitar em torno da luta de classes.

Todos os elementos de produção do capitalismo vão se correlacionar para atender à lógica sistêmica imposta. Desse modo, a economia e o Estado vão materializar a exploração da classe operária, contexto que vai determinar o modelo de sociedade. Segundo essa lógica, na relação capitalista de produção, a gestão pública pode ser considerada a “poeira sobre a maçã”, ou seja, o último elemento, perfeitamente variável e reedificado.

Referências

BARRETO, Luis Garcia. **Planejamento e Gestão Pública: uma nova concepção estratégica**, 2014-Disponível em: <http://sagres.org.br/nossa-opiniaio/>. Acessado em 20 de jun. 2017.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora nacional, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JÚNIOR, Marcos. **Congresso de Viana 1814**. 2013-Disponível em: <http://www.estudopratico.com.br/congresso-de-viana-1814/>. Acessado em 18 de jun. 2017.

LESSA, Sérgio. **Cadê os operários?** São Paulo, Instituto Lukács, 2014.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Proletariado o Sujeito Revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

SOUZA, Lanara Guimarães de. **Avaliação de políticas educacionais: contextos e conceitos em busca da avaliação pública**, 2010-Disponível em: <http://www.boooks.scielo.org>. Acesso em: 16 de jun.2016.



SOARES, Giselle Silva. **Entre o projeto de modernidade e a efetivação da democracia: marcas deixadas na construção da vida social brasileira**, 2012-Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a03n109.pdf>. Acesso em: 27 de jul. 2017.

Recebido em: junho e julho de 2017

Aprovado em: novembro de 2017